



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 3/2025

Data da Sessão Ordinária

27 de junho de 2025

Início

21:00 horas

Termo

23:07 horas



Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo trinta e cinco, de dezassete de junho de dois mil e vinte e cinco. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que a Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério e o Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Marques Rodrigues, ambos do Partido Socialista, assim como, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo Ana Luísa Cartaxo Manique, estariam ausentes com faltas justificadas. Em substituição do Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Marques Rodrigues, esteve a Senhora Ana Rita Alves Freire Lopes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Rita Alves Freire Lopes, Maria do Rosário Costa Martins, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. -----

Em representação das Juntas de Freguesia, estiveram presentes os Presidentes; - José Manuel Ricardo (Santa Margarida da Coutada) e Paulo Gameiro Sena Freitas (Constância). -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelo Senhor Vereador, Pedro José Lopes Pereira. -----

Esteve ainda presente Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico, funcionário da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia trinta de abril e vinte e sete de junho de dois mil e vinte e cinco. ----- Seguidamente, apresentou a Ata número um, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção naquele período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar duas questões; a primeira questão, tinha a ver com uma avaria nos dispositivos verticais de sinalização luminosa para controlo do trânsito (semáforos) da Ponte sobre o Rio Tejo, em Praia do Ribatejo. O sinal verde nunca abria, surgindo no seu lugar o sinal amarelo, baralhando os condutores. Questionava de quem era a responsabilidade da reparação da anomalia. A segunda questão, estava relacionada com a divulgação de projetos camarários através das redes sociais. Questionava, para quando a divulgação do saneamento básico no lugar da Pereira. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Saudação às Coletividades. Com a devida autorização passou a ler o documento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação a votação para aceitação e discussão, sendo aprovado por unanimidade. -----

Questionadas as Bancadas se pretendiam intervir sobre o assunto; solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada concordava com o Voto de Saudação apresentado, no entanto, não poderia deixar de referir que o Executivo Municipal, liderado pelo Partido Socialista, tinha desperdiçado a oportunidade de ao longo dos dois mandatos comemorar no Concelho, o Dia Nacional das Coletividades. Era uma forma de naquele dia as Associações e Coletividades conviverem e desenvolverem as suas atividades. Independentemente do voto favorável, ficava o reparo. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação a Votação, sendo aprovado por unanimidade, ficando a constituir **ANEXO I** desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, do Partido Socialista, para referir que a questão que pretendia colocar estava relacionada



com a limpeza das zonas envolventes aos equipamentos Municipais. Estavam-se a aproximar os meses dos fogos florestais e como tal, as preocupações relacionadas com aquela temática aumentavam. A sua questão era simples; saber se existia alguma planificação para os trabalhos de limpeza dos espaços referidos e, se eram os trabalhadores do Município a executá-lo ou, alguma empresa exterior. -----




Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, começando por referir que as questões que pretendia apresentar estavam relacionadas com a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) de Montalvo. A primeira questão; se as medidas corretivas exigidas pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) já tinham sido concluídas. A segunda questão; se as últimas análises já estavam dentro dos parâmetros legais. A última questão; se a APA tinha aplicado alguma coima ao Município, resultante da Contraordenação ambiental pelo mau funcionamento daquela infraestrutura. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária sobre a avaria nos semáforos da Ponte sobre o Rio Tejo, referindo que a responsabilidade da manutenção/reparação era dos Municípios de Constância e Vila Nova da Barquinha. Ambos estavam a tentar solucionar a anomalia. Não se tratava de uma simples substituição de uma lâmpada, mas sim, de um cabo elétrico que atravessava a Ponte e se tinha danificado, exigindo uma intervenção mais profunda para a sua substituição. Sobre o Saneamento Básico no lugar da Pereira, não existia de momento nenhuma alteração ao quanto já tinha referido sobre o assunto. -----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, do Partido Socialista, respondeu que existia, como era lógico, uma planificação para todas as limpezas da responsabilidade do Município, onde estavam incluídas as referidas zonas envolventes aos equipamentos Municipais. Referiu que na sua grande maioria, eram realizadas pela equipa de Sapadores do Município. Naquele momento, ainda estavam por limpar alguns espaços, nomeadamente, a Estrada do Campo entre Constância e Montalvo e as respetivas transversais, assim como, a Estrada do Almegue. -----

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, respondeu que as medidas corretivas para a ETAR de Montalvo estavam todas implementadas; as análises dos últimos meses, estavam todas dentro dos parâmetros normais exigidos pela legislação em vigor e, quanto às coimas ou



sanções, o Município tinha contestado o processo instaurado pela APA, não tendo até ao momento recebido qualquer resposta. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada tinha uma Moção para apresentar, intitulada “Pela Criação da Casa Nacional de Camões, em Constância”. Com a devida autorização passou à sua leitura. -----




O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a referida Moção para aceitação e discussão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma votada favoravelmente por unanimidade. Fica a constituir **ANEXO II** desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada tinha um Voto de Congratulação para apresentar, a “Rodrigo Cavaleiro”. Com a devida autorização passou à sua leitura. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Congratulação a votação para aceitação e discussão, sendo aprovado por unanimidade. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Congratulação a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Fica a constituir **ANEXO III** desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Não havendo mais intervenções para este período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de prestação de contas consolidadas de 2024 - Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração modificativa n.º 02/2025 - Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2025 - 3.ª Alteração - Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para aquisição de aspirador urbano - Para deliberação; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Constância - Para deliberação; -----



7. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----

8. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia intervir. -----

Não havendo intervenções, passou de imediato ao ponto seguinte da ordem de Trabalhos.

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2024 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, como era do conhecimento geral, teria que haver um cruzamento das contas Municipais com as contas das três instituições com as quais a Câmara Municipal tinha participação (Casa Memória de Camões, Centro de Ciência Viva de Constância e RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos “Resitejo”). Sendo a Assembleia Municipal o órgão competente para deliberar sobre o assunto, sugeria-se a sua apreciação e votação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que registava com agrado o facto da RSTJ não ter apresentado um resultado líquido negativo. Questionava, se a “Resitejo” não tinha sido já extinta, pois, verificava que aquele nome ainda aparecia nos documentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato à questão, referindo que quem acompanhava as Assembleias Gerais daquela instituição era o Senhor Vereador Pedro Pereira, e o que lhe tinha transmitido, era que na Assembleia Geral realizada no passado mês de maio, tinha sido deliberado de forma definitiva, a sua extinção. -----

Não se registando mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária e, onze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----



PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA Nº2/2025 - PARA DELIBERAÇÃO; -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquela alteração modificativa no orçamento, derivava do seguinte: introdução de valores relativos ao evento EuRoc (European Rocketry Challenge), que não estavam inscritos e, a arrecadação de 65.710,00€ (sessenta e cinco mil setecentos e dez euros), provenientes do reforço de verbas da obra da Avenida das Forças Armadas e do Largo Heitor da Silveira. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada não se opunha ao apoio (cerca de sete mil euros) para a realização do evento EuRoc no Concelho, no entanto, lembrou que para algumas necessidades do Concelho, nomeadamente, mais apoios para o restauro da Igreja da Misericórdia, assim como, às Associações e Coletividades do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondia sempre com a falta de disponibilidade financeira. Tendo em atenção o que tinha acabado de referir, o voto da sua Bancada não poderia ser favorável. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, ao misturar o apoio ao EuRoc com os apoios às Associações e Coletividades do Concelho, igualmente importantes, estava a confundir conceitos. Tratava-se de um evento Internacional, com uma envolvimento científica e técnica, únicas, que deveria ser apoiada e acarinhada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que em democracia, as divergências de opinião eram normais e deveriam ser respeitadas. Lembrou, que o EuRoc trazia ao Concelho cerca de seiscentas pessoas, na sua maioria, jovens nacionais e estrangeiros. Era um evento que dava uma enorme projeção e visibilidade ao Concelho. Não concordava com a comparação apresentada, no entanto, respeitava-a. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária e onze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----



PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025 - PARA DELIBERAÇÃO -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----



No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as alterações propostas ao Mapa de Pessoal eram duas; a primeira, era para regularizar a situação da passagem à situação de reforma de um trabalhador afeto à área do desporto e associativismo; a segunda alteração proposta, era referente à necessidade de se contratarem dois Assistentes Operacionais para o exercício de funções de electricista. ----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que, para manter a coerência que, tanto ele, como a sua Bancada vinham defendendo desde há muito tempo, para a necessidade urgente de se abrirem concursos para Assistentes Operacionais, nas áreas de; Mecânicos, Carpinteiros, Pedreiros, Canalizadores e Eletricistas, tinham que votar favoravelmente a proposta. No entanto, continuava a verificar que no somatório do Mapa de pessoal, continuavam trinta e nove lugares a prover. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Marques Moura dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo, que dos trinta e nove lugares a prover, muitos deles eram de trabalhadores em mobilidade, por terem transitado da carreira de Assistentes Operacionais para Assistentes Técnicos e, de Assistentes Técnicos para Técnicos superiores. A mobilidade, por norma, era de dezoito meses, só passado aquele tempo se considerava consolidada e o lugar provido. -----

Não se registando mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA PARA AQUISIÇÃO DE ASPIRADOR URBANO - PARA DELIBERAÇÃO - -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada solicitou a palavra, para referir que não participaria na discussão nem na votação do ponto em análise. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o que estava para análise, era um pedido de apoio da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para aquisição de um Aspirador Urbano, no valor de 18.794,00€ (dezoito mil setecentos e noventa e quatro euros). -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que tinha algumas dúvidas relativamente à proposta em análise. A primeira questão dizia respeito a datas; a proposta tinha um registo de treze de junho de dois mil e vinte e cinco, tendo sido presente a reunião de Câmara, no dia dezoito do mesmo mês, para atribuição do referido apoio à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para aquisição de um Aspirador Urbano. Certamente que o assunto teria sido objeto de análise e concertação com as outras duas freguesias. Assim, pretendia saber, atendendo ao elevado valor, se tinham sido solicitados mais orçamentos e, se tinha sido aquela (CERTOMA) a empresa a apresentar a melhor proposta. Gostaria ainda de saber, qual a reação dos Presidentes de Junta de Freguesia de Constância e de Montalvo. Assim como, se estava prevista alguma compensação. Lembrou, que o Município tinha em tempos adquirido uma Varredora, que, segundo tinha sido referido na altura, seria cedida a título de empréstimo às Freguesias. Questionava, se o processo não poderia ser idêntico. Por fim, referiu que o processo em análise era acompanhado por uma fatura com data de onze de junho de dois mil e vinte e cinco, vencendo em dezasseis de junho do mesmo ano. Se a proposta, como já tinha referido, era de treze de junho, deduzia que a Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada já teria pago o equipamento e posteriormente solicitado o referido apoio. Pretendendo ver clarificadas as questões referidas. -----



Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para referir que não era o Município que estava a adquirir o equipamento, o Município estava a dar um apoio à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, que já tinha adquirido o Aspirador e pago. Toda a tramitação da contratação tinha sido da responsabilidade da Junta de Freguesia e, como era uma verba inferior a vinte mil euros, a aquisição poderia ser feita por ajuste direto a uma qualquer empresa. Quanto às outras Juntas de Freguesia (Montalvo e Constância), o que tinha sido concertado entre todos, era o seguinte: para Montalvo, o Município iria substituir as portas e janelas do edifício da antiga Escola Adães Bermudes, cujo investimento rondaria os vinte mil euros; para Constância, a Junta de Freguesia já tinha tido um reforço de verbas bastante significativo. Lembrou ainda, que a Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, tinha com verbas próprias, recuperado com pinturas interiores e exteriores a antiga Escola da Portela. Sobre a Varredora do Município, informou que a mesma tinha sido adquirida em sistema de leasing. A opção de só ser utilizada na sede do Concelho, tinha a ver com o facto da sua deslocação implicar a utilização de uma viatura para o seu transporte. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar se o procedimento de aquisição da

Varredora Urbana tinha sido publicado na plataforma pública, destinada para o efeito, uma vez que, tinha feito uma pesquisa e não tinha encontrado qualquer publicação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para referir que, com a excusa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada para participar na discussão e votação do assunto, a resposta poderia ser dada posteriormente por escrito. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que conhecia as dificuldades sentidas pelas Juntas de Freguesia do Concelho e entendia o apoio para aquele equipamento. Quanto ao processo, sendo a Assembleia Municipal a entidade fiscalizadora, para votar em consciência, pretendia ser esclarecida sobre alguns aspetos relacionados com a falta de informação técnica e de suporte legal ao documento em análise, nomeadamente, aos apoios financeiros da Câmara para as Juntas de Freguesia. A única legislação referida para sustentação do referido apoio financeiro, tinha a ver com a Lei geral 75/2013, quando referia que; se podiam dar apoios às Juntas de Freguesia. Toda aquela discussão seria evitada se o documento em análise viesse devidamente instruído, acompanhado por um parecer técnico. Também não entendia o porquê, da Câmara Municipal estar envolvida no processo de contrato de aquisição do Aspirador Urbano. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que todos os processos passavam pelos técnicos respetivos, não tendo naquele caso havido nenhuma exceção. Explicou ainda, que existiam um conjunto de competências da Câmara Municipal delegadas nas Juntas de Freguesia, que tinham passado a ser competências próprias das mesmas. As transferências que o Município fazia para as Juntas de Freguesia, no âmbito dos acordos de execução, eram descontados nos duodécimos do Município e transferidos diretamente para cada uma das Juntas de Freguesia. O que a Lei 75/2013 dizia; era que a forma de apoio do Município às Juntas de Freguesia, teria que passar pela Assembleia Municipal. A proposta em análise, visava o cumprimento da lei. Referiu ainda, que o documento tinha merecido a devida análise pelos técnicos competentes (Dr. Mikael Dias e Dra. Marisa Figueiredo) que deram o seu aval. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Senhora Deputada Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, solicitou a palavra para referir que a sua Bancada, embora tivessem votado favoravelmente o documento, pretendiam apresentar uma Declaração de Voto. ---
Fica a constituir **ANEXO IV** desta Ata e dela faz parte integrante. -----



PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA - PARA DELIBERAÇÃO -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Município tinha um Regulamento para venda ambulante bastante desatualizado. O que vinha à Assembleia Municipal para análise e eventual aprovação, era um novo Regulamento mais condizente com a atualidade. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que, por vezes, em termos de aplicação prática, os Regulamentos valiam pouco. Estava a chegar a época balnear e certamente, o Regulamento permitiria a comercialização de doces na Praia Fluvial. No entanto, verificava que no mesmo, era referido que não poderiam ser comercializados produtos com altos teores de sal, açúcar e de outras substâncias pouco salutares, a menos de cem metros dos acessos a estabelecimentos de ensino Pré-escolar, Básico e Secundário e, Parques Infantis. Como era do conhecimento de todos, existia um Parque Infantil junto à Praia Fluvial. Como é que se resolvia aquela situação. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar o seguinte: o Regulamento referia que era proibido exercer a atividade de venda ambulante fora dos locais autorizados para o efeito. Pretendia saber quais eram no Concelho, queles locais. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que desconhecia que alguma vez se tivessem comercializado, desde que a Praia Fluvial está aberta, aquele tipo de produtos. O que se comercializava, eram gelados artesanais, cujo teor de açúcar desconhecia. Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, os lugares autorizados seriam publicados em Edital, posteriormente à aprovação do Regulamento. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam

apresentar alguma questão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----
Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, pretendendo ser esclarecida sobre a candidatura que estava em fase de execução, relativa ao Ciclo Urbano da Água, assim como, outras candidaturas relacionadas com o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Também pretendia ser esclarecida, sobre os assuntos tratados numa reunião que a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo tinha tido com a Segurança Social e com a Santa Casa da Misericórdia, em Lisboa. -----

Solicitou a Palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para solicitar, qual o ponto de situação sobre o projeto "Radar Social". Também pretendia saber, se havia algum motivo especial para se proceder à alteração do Regulamento do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social). Sobre o programa "IntegrativaMente", na área da saúde mental, questionava, se tinha havido algum aumento no número de utentes apoiados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, sobre o Ciclo Urbano da Água, referiu que o que estava mencionado na informação era uma candidatura em fase de preparação. O que o Município tinha celebrado, tinha sido o contrato de aquisição do projeto de execução, para a substituição da rede de águas na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Assim, se tudo decorresse com normalidade, o Município estaria em condições para, entre o final do ano corrente e o início do próximo, submeter a candidatura a fundos comunitários. Antes, ainda teria que existir um parecer da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). A única candidatura que dentro de pouco tempo estaria em fase de execução, seria a relacionada com a ampliação da Zona Industrial de Montalvo, que seria submetida na próxima semana. Sobre o PRR, estava em execução a Loja do Cidadão. Sobre a habitação a custos acessíveis, existiam mais dois projetos aprovados; o da Rua da Liberdade, em Malpique e, o da Rua Annes de Oliveira, em Montalvo, prevendo levá-los a reunião de Câmara na próxima semana para lançamento dos concursos de empreitada, representando; seis fogos em Malpique e dois em Montalvo. Sobre a reunião da Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, com a Santa Casa da Misericórdia, em Lisboa, estava relacionada com o Lar de S. João em Constância, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Constância, nomeadamente, sobre as suas capacidades em número de utentes e funcionários. Sobre o resultado da mesma; tinha sido mantida a intransigência

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

habitual no cumprimento das regras em vigor. Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU – Coligação Democrática Unitária, começando pelo “Radar Social”, referiu que o diagnóstico tinha sido feito, havendo o normal acompanhamento e identificação das famílias e das pessoas sinalizadas no Concelho a necessitarem daquele apoio. Até ao momento, tinha sido aquele o trabalho desenvolvido pelos Técnicos. Quanto à alteração do Regulamento do SAAS, não poderia responder com precisão à questão, comprometendo-se a fazer chegar posteriormente aquela informação. Sobre o acompanhamento dos doentes com saúde mental; a informação que dispunha, era que o número de beneficiários não tinha sofrido alterações. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 8 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que tinha na ideia que, os quantitativos sobre a habitação a custos acessíveis, até há presente data, se resumiam a; três fogos na Rua Grande, em Constância, três fogos em Montalvo e um no Bairro da Serafina, em Malpique. Depois da última informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha ficado com a ideia que existiriam mais seis. Perante aquela dúvida, solicitava um melhor esclarecimento sobre o número total de fogos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar sobre um assunto que já tinha apresentado por diversas vezes, respeitante às avarias de equipamentos na Piscina Municipal. A avaria nos secadores já tinha sido resolvida, no entanto, a situação dos suportes dos chuveiros continuava por resolver. Depois de ter recebido por e-mail, datado de catorze de março, uma resposta do Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, referindo que já tinha solicitado aos serviços para que fosse feita uma verificação aos equipamentos, questionava; qual o ponto de situação, uma vez que até ao dia anterior continuava tudo igual. Na mencionada resposta, o Senhor Vereador referia que as deficiências apontadas eram resultantes de uma má utilização. Em sua opinião, não era. O Senhor Vereador também referia no e-mail, que o material tinha sido adquirido, existindo até algum de reserva no armazém do Município. Sendo assim, questionava qual a razão para uma intervenção tão simples não ter sido feita de forma mais célere, clara e transparente. Na última Assembleia Municipal, tinha sinalizado uma avaria nas casas de



banho do Cemitério de Constância, por ocasião das Festas do Concelho. Tinha obtido como resposta, que se tratava da necessidade de uma alteração profunda e demorada. Atendendo a que a situação estava aparentemente resolvida, pretendia dar os parabéns à entidade que a resolveu (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia), porque afinal, a intervenção não era assim tão profunda e demorada. Ainda sobre o Cemitério de Constância, lamentava a falta de manutenção, dando para o efeito alguns exemplos, assim como, uma avaria na fechadura do portão. Também pretendia questionar, qual a razão da iluminação (holofotes) do exterior da Escola Sede, assim como, da antiga Escola Primária de Constância, estarem a ligar tão cedo. -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, sobre o número de fogos relacionados com a habitação a custos acessíveis, referindo os seguintes números e localizações: três fogos na Rua Grande, em Constância; um fogo no Bairro da Serafina e seis na Rua da Liberdade, em Malpique; dois fogos na Rua Annes de Oliveira e três na Travessa do Jardim em Montalvo. Totalizando quinze fogos. Estavam em fase de obra, três fogos, os restantes doze, seriam presentes na próxima reunião de Câmara para lançamento do concurso de empreitada. -----

Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU – Coligação Democrática Unitária, começando pela questão das casas de banho do Cemitério de Constância, referiu que a obra tinha sido efetuada pela Câmara Municipal com o apoio da Junta de Freguesia. Tinha sido construída uma nova caixa de esgotos e retiradas as raízes das árvores que estavam a entupir o esgoto. Sobre a limpeza do Cemitério, existiam na realidade algumas ervas, entretanto removidas. Sobre a avaria na fechadura do portão, também já estava reparada. Sobre as luzes na Escola Sede e na antiga Escola Primária, referiu ter tomado boa nota do assunto e iriam verificar o que se passava. Sobre a questão dos equipamentos da Piscina Municipal, com a devida autorização deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, para responder às questões. No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por sugerir uma visita conjunta, para melhor se inteirar da situação. Referiu, que mensalmente recebia relatórios sobre o estado dos balneários, enviados pelo responsável pela manutenção dos mesmos. No último relatório, recebido no mês de maio, constava que estava tudo a funcionar em perfeitas condições. Iria novamente com a equipa de manutenção verificar o que é que se passava. -----



Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o ponto de situação da limpeza dos terrenos particulares, não só na sede do Concelho, mas também nas restantes Freguesias. Referiu como exemplo, algumas situações na Vila; o terreno contíguo à antiga Escola Primária, tinha sido limpo, no entanto, junto aos muros, tinham deixado arbustos por cortar. Também junto ao Centro de Saúde de Constância, tinham limpado tudo, exceto um monte de canas junto à via pública, prejudicando inclusive o trânsito rodoviário. Também na Freguesia de Montalvo, existiam várias placas de sinalização a precisarem de ser substituídas por se encontrarem danificadas ou de difícil leitura. -----



Voltou a solicitar a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia continuar com o assunto das habitações a custos acessíveis. Os fogos (habitações) anteriormente referidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, eram fogos da responsabilidade do Município (dono da obra), no entanto, haveria um acordo celebrado com o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) para reabilitação/requalificação de aproximadamente duas dezenas de habitações. Pretendia saber, em que ponto estava o processo. Por fim, pretendia questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se já se tinha arrependido da decisão tomada na alteração do projeto do loteamento da Urbanização de Santa Margarida da Coutada, tendo em seu entender, sido perdida a oportunidade para que naquele espaço, fossem construídos fogos a custos controlados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária sobre as limpezas de terrenos particulares. Referiu, que muitos proprietários tinham procedido à limpeza dos terrenos, outros, tinham sido notificados pela GNR para o cumprimento da legislação. Ele próprio, já tinha entrado em contacto com alguns proprietários para procederem à limpeza dos terrenos. No respeitante à limpeza junto ao Centro de Saúde, o terreno era pertença da Quinta de S. Vicente. Não era terreno Municipal, no entanto, iria tentar entrar em contacto com os proprietários para o corte das canas. Relativamente aos arbustos junto aos muros do Cemitério, iria providenciar para que fossem cortados. Quanto às placas danificadas na Freguesia de Montalvo, teriam que fazer um levantamento em todo o Concelho, para que se procedesse às respetivas substituições. -----



Sobre a questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU – Coligação Democrática Unitária, os processos respeitantes ao IHRU não estavam mortos, continuavam ativos, e seriam executados. Sobre o arrependimento do loteamento na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, referiu não encontrar razões para qualquer arrependimento pela decisão tomada, continuando a pensar que foi a mais correta. O Concelho tinha demasiadas casas em ruínas ou devolutas, devendo o esforço ir ao encontro das suas recuperações. O Loteamento na Aldeia de Santa Margarida, tinha o contrato da empreitada assinado para a infraestruturização da fase II da Urbanização, que, permitiria a venda de dezassete lotes para construção de habitação própria e permanente, a preços acessíveis, tal como tinha acontecido na Rua da Fé, em Malpique. Deu nota, que não existia nenhum projeto para a construção de apartamentos no referido loteamento, o que existia, era um Alvará de loteamento, que previa a construção de blocos habitacionais. Se a ideia era fazer habitação a custos acessíveis para a classe média, teria que ter alguma qualidade para que se tornasse atrativa a preferência e fixação de pessoas, na Freguesia e no Concelho. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, começando por referir que a Estrada nº 358, que ligava Constância à Barragem de Castelo de Bode, não possuía marcações na via, no traçado à responsabilidade do Município de Constância. Verificava que no traçado, cuja responsabilidade era do Município de Abrantes, as marcações estavam feitas. Pretendendo saber qual a razão. ---

Solicitou a palavra o Senhor José Manuel Ricardo, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para questionar mais uma vez, para quando a resolução da falta de médicos na sua Freguesia. Havia pessoas a deslocarem-se à Extensão de Saúde às quatro horas da manhã para conseguirem uma consulta. Pretendia saber se estava prevista alguma solução que minimizasse aquela situação. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar duas questões: a primeira, dizia respeito à carta enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Caixa Geral de Depósitos, sobre a perda de serviços no Concelho. Pretendia saber, qual tinha sido a resposta. A segunda questão, estava relacionada com o passeio convívio a Belmonte; questionava a razão de não estar contemplado no roteiro, uma visita ao Eco Museu do Zêzere e à sua história. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista sobre a



M
fez

marcação da Estrada nº 358. A Câmara Municipal de Abrantes, tinha feito um processo de contratação pública para um conjunto de estradas naquele Concelho, onde estava incluída a Estrada nº 358. Para o Concelho de Constância, já tinha despachado o processo para a referida marcação, assim como, para o troço entre a Rua da Ponte, e o entroncamento com a Estrada Nacional 118, em Constância Sul, em articulação com o Município de Vila Nova da Barquinha, responsável pelo acesso da Estrada Nacional 3, à Ponte sobre o Rio Tejo. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada sobre a falta de médicos na Extensão de Saúde da sua Freguesia, a informação que dispunha, era que no concurso lançado pela ULS do Médio Tejo, tinha havido uma médica a concorrer para a vaga no Concelho de Constância, aguardando-se pela assinatura do contrato. Também poderia adiantar, que a referida médica se encontrava com licença de maternidade e, no caso de assinar o referido contrato, só estaria disponível para entrar ao serviço, no princípio do próximo ano. -----

Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, começando pela Agência da Caixa Geral de Depósitos; referiu que não tinha enviado nenhuma carta, mas sim, contactado diretamente aquela entidade, tendo obtido como resposta, que o processo era irreversível. Sobre a questão da viagem (passeio convívio), tinha sido opção das partes envolvidas, uma visita mais aprofundada ligada ao Judaísmo, atendendo à forte ligação que aquela Vila tinha ao povo de origem Judaica e à sua história, com visitas à Sinagoga e ao Museu Judaico. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e sete minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António Luís Fernandes

Presidente

MARIA TÁSSA BEAT DE MAFRA

Voto de Saudação às Coletividades

ANEXO


Fert

No passado dia 31 de maio comemorou-se o Dia Nacional das Coletividades, um dia para reconhecer e para celebrar a importância do movimento associativo no país, nomeadamente o papel das coletividades na promoção, da cultura recreio e desporto, bem como no desenvolvimento económico e social das comunidades. No concelho de Constância, as suas coletividades, ao longo dos anos, têm tido um papel determinante na dinâmica das suas localidades e do concelho de Constância.

No âmbito da celebração do Dia Nacional das Coletividades, os eleitos do PS propõe que a Assembleia Municipal de Constância, na sessão ordinária de 27 Jun de 2025 delibere:

- Saudar as coletividades de cultura recreio e desporto de todo o país e em particular as coletividades do concelho de Constância, pelo seu contributo para o desenvolvimento dos seus territórios;
- Saudar os dirigentes associativos, homens, mulheres e jovens, que voluntariamente trabalham em prol das suas comunidades.

Os eleitos do Partido Socialista Constância, 27 de junho de 2025.

Isabel Costa

Paulo Fernandes

Ulisses Almeida

Felipe Cavas

Stina Sinal

Margarida


Paulo

Assembleia Municipal de Constância

27 de Junho de 2025

Moção

Pela Criação da Casa Nacional de Camões, em Constância

Camões tem com Constância uma relação afectiva e cultural baseada na tradição popular que persiste ao longo dos séculos de que Camões terá vivido durante algum tempo numa casa quinhentista em Punhete (agora Constância).

Essa tradição passada de geração em geração ganhou expressão nacional quer pelo empenho do médico constanciense Adriano Burguete quer pelos trabalhos de investigação executados pela Dr.^a Maria Clara Pereira da Costa e pelo incedível trabalho e persistência de Manuela de Azevedo, escritora e jornalista, que dedicou a maior parte da sua vida a esta causa tendo impulsionado e sido sócia fundadora da Associação Casa-Memória Camões em 1977, cujo objetivo principal seria consolidar a *ancestral relação de Constância com a memória de Camões*.

Em reconhecimento a essa tradição, foi construída a Casa-Memória de Camões sobre as ruínas quinhentistas (classificadas como imóvel de interesse público em 1983) da suposta casa onde o poeta viveu.

A Casa-Memória de Camões, é pois um espaço de profundo significado histórico, patrimonial e cultural, que exalta a figura do maior poeta da língua portuguesa, Luís de Camões desempenhando um papel central na perpetuação do seu legado cultural.

É justo pois que a Associação Casa-Memória de Camões em Constância (proprietária e responsável pela gestão daquele espaço), a população e as forças vivas do concelho reclamem do Governo Central o reconhecimento da Casa Memória de Camões em Constância como Casa Nacional de Camões e o necessário financiamento para a sua abertura permanente ao público

A Casa Nacional de Camões tem um imenso potencial de atração turística, não apenas para os apaixonados pela literatura, mas também para aqueles que buscam a tranquilidade e a beleza natural de Constância. A sua localização, num ponto estratégico de encontro dos rios e rodeada de natureza, oferece aos visitantes um ambiente inspirador, propício à reflexão e à contemplação, tal como terá acontecido com Camões. Além disso, o espaço é um importante recurso pedagógico, permitindo que escolas e grupos de estudo explorem a vida e a obra do poeta de forma dinâmica e interativa, fomentando o conhecimento e a valorização do património literário português. A Casa-memória de Camões, em Constância, é um verdadeiro tesouro cultural e patrimonial, que merece ser reconhecido e valorizado pelo seu contributo para a preservação e promoção da obra de Luís de Camões.

Em face do exposto a Assembleia Municipal de Constância reunida a 27 de Junho de 2025 delibera por _____, instar o Governo Central para que :

Handwritten mark in the top right corner.

1 - A Casa Memória de Camões, localizada na freguesia e concelho de Constância, passe a designar-se **Casa Nacional de Camões**.

2 - O Governo assegure o financiamento das obras necessárias de requalificação do edifício, bem como da contratação de pessoal administrativo e técnico e de meios materiais que permitam a sua abertura diária ao público.

Handwritten signature and the word "Fonte" in the right margin.

3- Dar conhecimento do teor desta moção:

Senhor Primeiro Ministro

Senhora Ministra da Cultura, Juventude e Desporto

Senhor Presidente da Assembleia da República

Todos os grupos parlamentares e deputados únicos da Assembleia da República

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Associação Casa Memória de Camões em Constância

Comunicação social regional e agência Lusa

Constância, 27 de Junho de 2025

Os deputados municipais eleitos pela CDU- Coligação Democrática Unitária

Júlia Amorim, Joaquim Santos, Rosário Martins, Ângela Grilo, Carmen Silva

Handwritten signature: Rosário Martins

Handwritten signature: Ângela Sofia Alves Grilo

Handwritten signature: Carmen Dolores Gomes de Silva

Handwritten signature: Joaquim José Moura Marques dos Santos

Handwritten signature: Júlia Amorim

VOTO DE CONGRATULAÇÃO Rodrigo Cavaleiro

São vários os Constancienses, que, pelas mais diferentes razões, têm elevado o nome do concelho de Constância que se orgulha uma vez mais de referenciar um filho da nossa terra pelo prestígio alcançado a nível internacional.

Rodrigo Cavaleiro, oficial da Polícia de Segurança Pública), foi eleito no passado dia 4 de Junho presidente do Comité sobre Segurança e Protecção em Eventos Desportivos (T-S4), no âmbito da Convenção de Saint-Denis do Conselho da Europa.

Licenciado em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna é Intendente na Polícia de Segurança Pública e preside à Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), desde 2019. Foi Oficial de Ligação junto do Centro de Cooperação Policial Internacional nos mundiais de 2010 e 2014 e no Euro2012, tendo participado no Grupo de Trabalho do Conselho da Europa para o Euro2020 (entre 2016-2020).

Perito convidado do *Stadia Project da Interpol*, representou Portugal nos grupos de trabalho no âmbito do Conselho da União Europeia. É membro da direcção do Comité Permanente de Acompanhamento da Convenção Europeia sobre a Violência no Desporto, do Conselho da Europa (entre 2015 e 2019) e chefe da delegação nacional no mesmo Comité desde 2013.

Conforme escreve o historiador António Matias Coelho, no boletim municipal de Constância na rubrica *ROSTOS*:

“Filho de pai transmontano e mãe lisboeta, nasceu acidentalmente em Tomar, mas foi em Montalvo, onde a família acabou por se instalar, que começou a descobrir o mundo, que fez o 1.º Ciclo da escola e as primeiras amizades que ficariam para a vida. Segundo a mesma publicação, “fez parte do primeiro grupo de alunos que inaugurou, em 1991, a Escola C+S de Constância onde ficaria até ao 9º ano e mais não, que mais não tinha, nesse tempo, a Escola para oferecer”. Desde sempre ligado a Montalvo ali regressa para visitar a família e os amigos e participar na vida da comunidade local,

Em face do exposto, a Assembleia Municipal de Constância, reunida em 27 de Junho de 2025, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pela eleição no passado dia 4 de Junho de Rodrigo Cavaleiro como presidente do Comité sobre Segurança e Protecção em Eventos Desportivos (T-S4), no âmbito da Convenção de Saint-Denis do Conselho da Europa
2. Dar conhecimento ao próprio, ao Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, à Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), à comunicação Social Regional e à Agência Lusa

Constância, 27 de Junho de 2025

Os deputados municipais eleitos pela CDU- Coligação Democrática Unitária

Júlia Amorim, Joaquim Santos, Rosário Martins, Ângela Grilo, Carmen Silva

Joaquim José Moura Marques dos Santos
 Maria do Rosário Martins
 Ângela Sofia Alves Seixo Carmen C. Silva

Assembleia Municipal de Condição
27 de Junho de 2025



Assunto - Análise, discussão e eventual aprovação
de atribuição do apoio à Junta de
freguesia de Santa Fargarida da Coutada
para aquisição de Aspirador Urbano

Apesar do processo recebido não vir instruído
com os pareceres técnicos indispensáveis o
sentido de voto foi a favor por se
considerar de importância para a higiene
urbana na freguesia de Santa Fargarida da
Coutada e ainda a garantia dada pelo
Senhor Presidente de que houve pareceres técnicos
favoráveis designadamente do jurista de educação
Municipal não havendo irregularidades na
atribuição do apoio financeiro.

Os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária

Júlia Amorim

Josquim José Moura Marques dos Santos

Carmen Idores Gomes da Silva

Felso José dos Santos

Ángela Sofia Alves Gêlo